

## LEITURA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: Principais políticas públicas e programas ligados à formação de leitores/as

Gustavo Cardoso de Oliveira e Rafaella Candida de Souza<sup>1</sup>  
Andreia Souza<sup>2</sup>

**Resumo:** O trabalho pretende destacar as principais políticas públicas e programas ligados à democratização da leitura e à formação de novos leitores no Brasil, discutindo a adequação atual destes ao cenário social-político-econômico do país. Pretendeu-se também enfatizar o papel (e o potencial) da pessoa bibliotecária como catalizador do ato da leitura, assim como a importância do ato de ler e o entendimento da leitura de conteúdo adequado e de qualidade como um importantíssimo direito básico, que, por vezes, é esquecido ou deixado de lado.

**Palavras-chave:** Políticas públicas; Democratização da leitura; formação de leitores; Biblioteca.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como principal objetivo a divulgação das principais políticas públicas e programas relacionados à formação de leitores no Brasil e a partir disso, discursar sobre a importância de tais programas e como são necessários para a democratização do acesso à leitura. Se torna então, indispensável, citar o bibliotecário como formador de novos leitores e apresentar seu compromisso como disseminador da informação e por consequência, como profissional qualificado para incentivar a leitura e o pensamento crítico do leitor.

Dissertara-se, nesse resumo expandido, a importância da leitura, a necessidade das políticas públicas e a democratização do acesso à informação e por consequência, a leitura, e por fim, sobre o bibliotecário sendo um grande suporte para novos leitores em potencial, até mesmo, aqueles que acabaram por desaprender sobre o poder de uma boa leitura.

---

<sup>1</sup> Discentes responsáveis pelo resumo expandido apresentado ao Curso de Biblioteconomia como requisito para nota na disciplina de Leitura e Formação de Leitores da 4ª fase da Universidade do Estado de Santa Catarina, no ano de 2022.

<sup>2</sup> Professora da matéria de Leitura e Formação de Leitores

## **2. POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS LIGADOS AO INCENTIVO À LEITURA**

A leitura é abertamente enxergada como importantíssima ferramenta para dignificação do homem, permitindo-o acessar cultura, educação, conhecimento, ciência e política como sem esta não poderia ser feito. Em um país com altos níveis de desigualdades então, como no Brasil, espera-se que venha do estado, a partir principalmente da criação e manutenção de políticas públicas, a iniciativa de fomentar a leitura e o acesso aos livros. Tendo isso em mente, pretende-se evidenciar nesta sessão as principais políticas públicas e projetos relacionados ao incentivo à leitura e ao acesso aos livros nos dias de hoje.

### **2.1 PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS**

Entre as políticas públicas, projetos e programas brasileiros vigentes ligados ao incentivo da leitura e democratização do livro, os principais, e que aqui serão definidos são: Plano Nacional do Livro e Leitura, Política Nacional de Leitura e Escrita, Programa Nacional Biblioteca da Escola e o programa Conta Pra Mim.

#### **2.1.1 Plano Nacional do Livro e Leitura**

Instituído em 2006, apoiado na Lei Nº 10.753 (Política Nacional do Livro) o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) é “produto do compromisso do governo federal de construir políticas públicas e culturais com base em um amplo debate com a sociedade [...]” (Marques, 2010, p.31) e procura atingir, através de diferentes programas e eventos executados por estados, empresas privadas e municípios quatro principais objetivos: “Democratização do acesso [à leitura]; Fomento à leitura e à formação de mediadores; Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico; Desenvolvimento da economia do livro.” (Marques, 2010, p.31). O PNLL, então, segundo Moraes (2018), serve como norteador básico ao processo de democratização do acesso à leitura no Brasil.

#### **2.1.2 Política Nacional de Leitura e Escrita**

Assinada no dia 12/07/2018, publicada no próximo dia, e completamente apoiada E complementar ao PNLL, a Lei Nº 13.696 (popularmente conhecida como Lei Castilho) vem a estabelecer a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), que instaura quando e de que

maneira o PNLL deve ser elaborado, dando base assim para a sociedade entender tal elaboração e cobrar sua correta e adequada execução.

### 2.1.3 Programa Nacional Biblioteca da Escola

Fundado em 1997, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) “tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervo de obras de literatura, pesquisa e referência.” (Ministério da educação, 2016). O programa tem três principais ações, distribuindo obras literárias, periódicos didáticos e avaliando obras para escolas públicas básicas e de ensino médio que estejam cadastradas no Censo Escolar (Ministério da educação, 2016)

### 2.1.4 Conta Pra Mim

Aparecendo como único grande projeto relacionado a leitura durante o governo Bolsonaro, o Conta Pra Mim é um projeto do Ministério da Educação focado na alfabetização e no conceito de Literacia Familiar, que busca educar crianças através de narração de histórias e do contato da criança com a leitura desde a primeira infância. O Conta Pra Mim é constituído por “um conjunto de materiais de orientação às famílias, os quais incluem [um] guia e uma série de vídeos” (Ministério da educação, 2019, alteração nossa, p. 3) que quando seguidos, segundo o Ministério da Educação, traz à criança vários benefícios, destacado entre eles a expansão do vocabulário. O programa foi amplamente criticado, desde por seu uso do termo “Literacia familiar” (que acaba por ser um tipo de letramento semi-informal através da relação familiar) até por suas aparentes intenções, já que segundo Farias e Tolentino:

“o propósito de alfabetização das crianças, presente no programa Conta pra Mim, com sérias consequências na Educação Infantil, esvazia, desde os primeiros anos, as possibilidades de formação na perspectiva da realização de experiências, imprimindo nas ações para as crianças de zero a seis anos de idade e suas famílias a ideia de produtividade.” (FARIAS; TOLENTINO. 2021, p.84)

## 2.2 CENÁRIO POLÍTICO DA LEITURA NO BRASIL, ORIGEM E ATUALIDADE

É muito recente o aparecimento das primeiras políticas públicas relativas à leitura no Brasil, completando nem um século do surgimento de seus primeiros vestígios e até hoje sendo

bastante raras. Segundo Oliveira (2011, p. 29), as primeiras políticas públicas da área nasceram com o Instituto Nacional do Livro, em 1937, que respondia ao Ministério da Educação e Saúde. O período mais fértil para a discussão e implementação deste tipo de política foi aquele de 2006 (ano de criação do PNLL) até o início da década de 2010, hoje, devido ao caótico cenário político do Brasil é evidente que, de nenhuma forma, os projetos e programas relacionados ao incentivo à leitura tomam protagonismo na discussão política, principalmente depois do desmontar do Ministério da Cultura em 2019. Um dos vários casos que exemplificam essa falta de prioridade deste tipo de programa é o Programa Nacional de Incentivo à Leitura, que, conhecido popularmente como PROLER, foi criado em 1992 e vinculado à Biblioteca Nacional (Oliveira, 2011, p. 37), nasceu como projeto que tinha por objetivo popularizar e valorizar o ato de ler, principalmente através da democratização do acesso ao livro e a literatura. Hoje em dia o PROLER se dissolveu em eventos e programas institucionais independentes, que, apesar de não serem mais atrelados diretamente ao estado, ainda portam a identidade e objetivo do antigo programa.

### **3. O BIBLIOTECÁRIO COMO FORMADOR DE NOVOS LEITORES**

O ato de ler, além de estar totalmente conectado ao lazer, também se torna significativo para as demandas sociais, econômicas, históricas, pedagógicas e políticas. Aquele que lê, tem o poder de mudar realidades, de conhecer mundos e de receber respostas para questionamentos próprios ou coletivos.

Quando Paulo Freire afirma que a “leitura do mundo precede a leitura da palavra”, é possível ter várias compreensões diferentes, porém, podemos entender leitura do mundo como um recém nascido que abre seus olhos pela primeira vez e consegue enxergar sua mãe, em outro instante, olha para os lados e tenta absorver tudo que está ao seu redor. Podemos chamar isso de leitura do mundo, a percepção que alguém tem do mundo, a sua própria leitura. A leitura proporciona uma sintonia com nossos sentimentos, um entendimento que talvez, não teríamos, sem ver outra realidade, outras palavras diferentes das nossas próprias. Ler é entender o mundo de varias formas e tambem, ver no livro, um amigo confiavel que te explica coisas que voce nao entendia antes ou que diz “sim, eu tambem sinto isso”.

No Brasil, de acordo com a LEI Nº 12.244, “Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.”. Porém, com a pandemia do Corona vírus, o prazo de até 2020 (10 anos) para a regularização das escolas, se prolongou até o ano de 2022, no entanto, muitas escolas não aderiram à lei. No “Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis n.º 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998.”, é esclarecido que toda biblioteca escolar deve respeitar a profissão do bibliotecário, nesse caso, se tornando indispensável que cada biblioteca escolar possua um profissional bibliotecário responsável. Todavia, são mínimos os esforços para que tal lei seja de fato, cumprida.

No quesito de incentivo a leitura, podemos determinar três agentes necessários, sendo o primeiro, os pais ou responsáveis da criança, desde o momento do nascimento até a admissão em uma escola, onde nesse caso, dois agentes deveriam trabalhar juntos, sendo estes, o professor e o bibliotecário. O professor, dentro de sala de aula, é responsável pelo ensino da criança e incentivo pela leitura também, porém, o bibliotecário é o profissional qualificado para esse dever, tendo em vista de que ele estuda sobre a informação, disseminação, formas de incentivo, tipos de leitura etc. O bibliotecário estuda formas de fornecer a informação de forma a atender a necessidade informacional e muitas vezes, além disso. O cenário ideal para a formação de novos leitores seria estes três agentes colaborando entre si. No caso, os pais serem grandes motivadores da leitura em casa e na escola, o professor em conjunto com o bibliotecário, possibilitando uma experiência mais bem desenvolvida e um começo do hábito de leitura de forma saudável e prazerosa.

O bibliotecário como formador de novos leitores não se adequa apenas às crianças e sim a todos os que se interessarem pelo hábito ou, querem voltar a ler e não sabem como etc. Existem várias iniciativas em bibliotecas comunitárias e universitárias para inclusão social, despertar do interesse do leitor e uma comunidade acolhedora. É grande a quantidade de pessoas que ainda possuem uma visão distorcida da biblioteca, sendo um lugar para fazer silêncio absoluto e não perguntar, não falar.... e isso acaba afastando os possíveis leitores desse ambiente que deveria ser acolhedor. O bibliotecário tem o dever de incentivá-los, principalmente aqueles que não conhecem a biblioteca e também, não sabem que tem acesso a ela, no caso de bibliotecas públicas, universitárias e comunitárias.

O bibliotecário deve além de tudo, ser um leitor, para poder incentivar outros. Saber o poder de uma leitura te faz encantar outros e mostrar de forma genuína, como é bom ler. Além disso, o profissional deve auxiliar em pesquisas, dúvidas, interesses e instigar a imaginação do usuário, fazendo-o notar que precisa saber o final da história ou, que necessita conhecer um universo novo ou falas de uma pessoa importante, através dos livros. Ser bibliotecário é disseminar a informação, seja ela um livro ou um site, seja ela falada ou escrita. Para que isso seja possível, é necessário criar um espaço acolhedor e inclusivo, de forma a desmistificar a ideia de biblioteca que algumas pessoas ainda possuem.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação e o acesso à informação são direitos humanos básicos amplamente reconhecidos como necessários à integração do indivíduo à sociedade democrática e vistos como positivíssimos fatores elevadores tanto da qualidade de vida individual quanto social. Torna-se então, a partir do momento que se considera isto verdade, importantíssimo que a toda e qualquer pessoa seja disponibilizada a oportunidade do contato frequente com leitura de qualidade, o que em um país como o Brasil, claramente não acontece de maneira ideal. De acordo com Sales (2021), entre 2015 e 2019 o país perdeu cerca de 4 milhões de leitores, com 48% da população não lendo nenhum livro nos 3 meses prévios à pesquisa realizada. Entre os principais fatores para a baixa no comportamento da leitura no país estão: preço dos livros, falta de bibliotecas próximas, falta de ambiente adequado para leitura, falta de acessibilidade à internet, entre outros.

Em uma aula pública, Castilho Neto diz que “a democratização da leitura só é possível quando nós construirmos também países democráticos” (Rede TVT, 2016), apontando claramente a relação entre o acesso à informação e à leitura ao direito de vida em sociedade e à capacidade democrática individual, enfatizando que a leitura é um importante ato emancipador que dignifica a vida individual e é essencial para o entendimento e funcionamento da vida em sociedade dentro de uma democracia. A fala do ex-secretário do Plano Nacional do Livro e Leitura também põe em foco, a partir do momento que implica que o país não é, de fato, completamente democrático, que as inúmeras desigualdades que podem ser observadas e presenciadas no país (sejam originadas de questões monetárias, de classe, raciais, etc.) são percebidas diretamente no acesso ao livro: aquelas comunidades que mais sofrem com a situação desigual do país são, também, as que menos tem acesso à leitura. Castilho Neto, na

mesma aula pública, diz que “a história da leitura é também uma história de luta” (Rede TVT, 2016), essa servindo como importante suporte para a expressão artística e da realidade de diferentes povos, comunidades e indivíduos. Expressão essa que, por sua vez, conscientiza, politiza e dá para seu leitor a capacidade de interpretar, compreender e lutar.

Neste sentido, é evidente que as políticas públicas brasileiras ligadas ao incentivo à leitura se mostram altamente precárias, com um claro perfil de cenário recém-formado e, mais recentemente, regressivo de certa maneira. A responsabilidade do estado brasileiro quanto à educação e acesso à informação de seu povo não está sendo, de forma alguma, manejada de forma adequada. Mostrando-se um país extremamente desigual, o Brasil ainda precisa de incontáveis avanços para que se possa dizer que o cenário das políticas de leitura no país é minimamente adequado.

Existem vários projetos de incentivo à leitura de livre acesso ao público, porém nota-se que essa informação não chega nas pessoas que mais precisam dessas atividades, muitas vezes pela informação não ser disseminada na roda de convívio da pessoa ou até mesmo, pela falta de conhecimento do seu direito de participar de tais programações. Um exemplo de atividade que é oferecida pela Biblioteca Central da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), é o clube de leitura sem censura, que possui livre acesso á comunidade. Nesse caso, as atividades de bibliotecas em universidades públicas, bibliotecas públicas e comunitárias, sempre estão de portas abertas para a comunidade e para que essa informação chegue nas pessoas, é necessário a divulgação por meio de folhetos, que por muitas vezes, as pessoas em situações de vulnerabilidade não tem acesso à internet, fornecendo atividades em locais menos favorecidos, mostrando a diversão e acessibilidade desses projetos, como exemplo, existem as bibliotecas parques que proporcionam essa experiência ao ar livre. Porém, por mais que essas atividades e o espaço físico da biblioteca seja de acesso ao público, existem limitações e nesse caso, é necessário que bibliotecas públicas e comunitárias tenham uma política mais favorável no quesito de empréstimos para moradores em situação de rua, por exemplo.

Entretanto, é nítido que o bibliotecário sozinho não consegue abrir todas as portas necessárias para que o acesso à informação e a leitura seja totalmente democrático, para isso, é necessário que o governo e demais órgãos criem políticas públicas pertinentes para todas as comunidades e que proporcionem ao povo o direito do acesso à informação. Essa se torna uma luta conjunta onde todos os agentes envolvidos possuem sua importância. Em um país com tantas desigualdades, preconceitos e injustiça, se torna inviável a vida sem a leitura e sem a

informação para que todos conheçam seus direitos, lutem por eles e, tenham o prazer de ler um livro sem precisar passar em livrarias, analisar os preços e acreditar que a leitura não serve para ele. A leitura é e deve ser, de todos, de forma imparcial e as pessoas devem ter o direito de encontrar o seu livro, seja para lazer, estudo, interesse ou amparo.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Paula Carina de; SALES, Fernanda de. O Bibliotecário e a formação de leitores.

**Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.16, n. 2, p. 562-578, jul./dez., 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/87626>.

Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.696**, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13696.htm)

[2018/2018/lei/L13696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13696.htm) Acesso em: 27 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.753**, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro.

Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2003-10-30;10753>.

Acesso em: 26 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.244**, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em:

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2010-05-24;12244>. Acesso em: 26 nov. 2022.

FARIAS, Fabíola Ribeiro; TOLENTINO, Jéssica Mariana Andrade. O programa Conta pra mim e suas perspectivas de educação na primeira infância. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 229, p. 75-86, Jul/ago. 2021. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/57578/751375152336>.

Acesso em: 27 nov. 2022

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. [S.l.]:

Cortez editora

MARQUES NETO, José Castilho (org.). **Plano Nacional do Livro e Leitura**: texto e história 2006-2010. São Paulo: CulturaAcadêmica, 2010. Disponível em:

<https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da->



[cultura/assuntos/pnll/arquivos/96\\_pnll\\_textos\\_e\\_historia\\_2006-2010\\_v1.pdf](#). Acesso em: 26 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Conta pra mim**. Disponível em: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/contapramim>. Acesso em: 27 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Conta pra mim**: guia de literacia familiar. Disponível em: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/images/conta-para-mim/conta-para-mim-literacia.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional Biblioteca da Escola**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 27 nov. 2022.

MORAES, Renata Ribeiro de. **Cinco políticas públicas e privadas que ajudam a fomentar a leitura e a literatura no brasil**. Coletivo Leitor. 30 nov. 2018. Disponível em: <https://www.coletivoleitor.com.br/cinco-politicas-publicas-e-privadas-que-ajudam-a-fomentar-a-leitura-e-a-literatura-no-brasil/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

OLIVEIRA, Daniela Piergili Weiers de. **Políticas públicas de fomento à leitura**: Agenda governamental, política nacional e práticas locais. 2011. Dissertação (Mestrado) – Curso de administração pública e governo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8248/62090100021.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2022.

REDE TVT. **Aula pública: Democratização do Livro na América Latina – 1/2**. Youtube. 20 ago. 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=COJLu\\_Xxzp8](https://www.youtube.com/watch?v=COJLu_Xxzp8). Acesso em: 30 nov. 2022.

SALES, Mariana Silva Pereira. Democratização do acesso à leitura. **Revista Crises**, v. 1, n. 1, p. 42-58. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/crises/article/view/250248>. Acesso em: 27 nov. 2022.